
***Banco BS2 S.A. (Banco)
e Banco BS2 S.A.
e suas controladas
(Consolidado)***

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas explicativas 2(g) e 7)

A mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito.

A Administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19.

O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisão para crédito de liquidação duvidosa consideravelmente diferente.

Considerando a relevância da provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento dos controles internos e processos aplicados no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos; iii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iv) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; v) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; vi) cálculo do valor da provisão; vii) conciliação dos valores calculados e os valores contabilizados; e viii) elaboração das notas explicativas.

Realizamos, ainda, o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa em atendimento a Resolução CMN nº 4.803 de abril de 2020.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2(l) e 15)

O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco e suas controladas apresentará lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 3.059/02 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela administração.

Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil.

Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável.

Porque é um PAA

reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações auditadas, bem como consideramos que as premissas adotadas na elaboração do estudo de projeção de lucro tributário futuro são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Notas explicativas 2 (g), 7(a) e 8(b))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, aprovação, registro e divulgação.

Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considerou: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados (*backtesting*); e iii) analisamos a razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de tecnologia de informação

O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.

Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas batch, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.

Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Banco BS2 S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

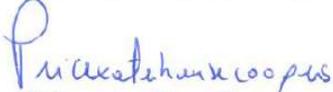


Banco BS2 S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

ÍNDICE

Relatório da administração	9
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Banco	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17
1 Contexto Operacional	17
2 Resumo das principais políticas contábeis	17
3 Caixa e equivalentes de caixa	23
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	24
5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
6 Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar	28
7 Operações de crédito e outros créditos	29
8 Outros créditos	33
9 Outros valores e bens	34
10 Investimentos em controladas e coligadas	35
11 Depósitos interfinanceiros e a prazo	38
12 Recursos de aceites e emissão de títulos	39
13 Outras obrigações	39
14 Patrimônio líquido	43
15 Imposto de renda e contribuição social	45
16 Receitas de operações de crédito	47
17 Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez	47
18 Despesas de operações de captação no mercado	47
19 Receitas de prestação de serviços	48
20 Despesa de pessoal	48
21 Outras despesas administrativas	48
22 Despesas tributárias	49
23 Outras receitas e despesas operacionais	49
24 Cobertura de seguros	49
25 Partes relacionadas	49
26 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13	51
27 Gerenciamento de risco	53
28 Outras informações	54

Prezados Acionistas e Clientes:

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Mesmo frente a um cenário desafiador, com muitas incertezas causadas pela pandemia mundial do COVID-19, o Banco BS2 e suas controladas mantiveram seus investimentos no desenvolvimento de produtos, serviços e parcerias, acreditando na melhora da economia no curto prazo, especialmente no Brasil.

Ao longo do semestre, incrementamos nossos negócios nos segmentos em que atuamos - crédito, serviços de câmbio, investimentos e meios de pagamento, com recorrência de receitas fundamentais para sustentação e melhorias em nossa plataforma digital, principalmente para o público PJ. Aprimoramos nossa plataforma bs2empresas, que conta agora com novas funcionalidades e uma jornada ainda melhor.

A carteira de crédito da instituição, concentrada na antecipação de recebíveis de cartões e nos segmentos empresarial – pequenas e médias empresas – e de direitos creditórios – em grande parte Precatórios Federais e Estaduais, atingiu R\$ 3,1 bilhões (31/12/2019 – R\$ 2,2 bilhões). A captação acompanhou o crescimento da carteira de crédito, alcançando R\$ 4,2 bilhões (31/12/2019 - R\$ 3,0 bilhões).

Nas operações de câmbio, notadamente nas remessas internacionais, registramos um crescimento de 40% em relação ao primeiro semestre de 2019, o que neutralizou a queda das receitas com o câmbio turismo, que teve sua dinâmica fortemente impactada. Fechamos o semestre com resultado de operações de câmbio da ordem de R\$ 68,6 milhões.

No segmento de meios de pagamento (adquirência), processamos mais de R\$ 23,8 bilhões em operações de cartões de crédito e de débito no primeiro semestre de 2020, contra R\$ 17 bilhões do mesmo semestre de 2019.

O resultado do semestre foi de um prejuízo contábil de R\$ 44 milhões, reflexo do impacto da pandemia em algumas linhas de negócios e da manutenção dos investimentos em nossa plataforma digital, que nos permitirá escalar de forma estruturada. O capital social do banco foi ajustado para R\$ 455,2 milhões, decorrente de aumentos de capitais realizados por seu grupo controlador que, mais uma vez, reforçou seu compromisso com a execução da estratégia de crescimento do BS2.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.

A Administração.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2020
Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		4.799.423	3.699.105	9.011.665	8.486.600
Disponibilidades	3	149.127	66.974	160.300	81.807
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	369.994	719.992	369.994	719.992
Aplicações no mercado aberto		369.994	719.992	369.994	719.992
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.341.558	860.282	1.487.710	1.000.850
Carteira própria		769.640	384.746	811.829	474.848
Vinculados a compromissos de recompra		11.058	15.482	11.058	15.482
Vinculados à prestação de garantias		332.367	304.207	426.322	354.673
Vinculados ao Banco Central			11.984	10.008	11.984
Instrumentos financeiros derivativos		228.493	143.863	228.493	143.863
Relações interfinanceiras		2.369.716	1.455.013	6.408.844	6.061.433
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	2.341.113	1.447.928	6.380.241	6.054.348
Depósitos no Banco Central		28.373	7.035	28.373	7.035
Correspondentes		230	50	230	50
Operações de crédito	7	222.933	289.853	205.641	272.307
Operações de crédito		230.129	300.637	212.750	283.003
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.196)	(10.784)	(7.109)	(10.696)
Outros créditos		325.342	278.128	357.136	321.086
Carteira de câmbio	7(a)	20.910	6.104	20.910	6.104
Rendas a receber		16.344	7.502	16.506	7.640
Negociação e intermediação de valores				38	2.472
Diversos	8(b)	303.066	273.203	334.660	313.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.978)	(8.681)	(14.978)	(8.681)
Outros valores e bens	9	20.753	28.863	22.040	29.125
Outros valores e bens		18.736	21.246	19.143	21.246
Provisões para desvalorizações		(987)	(1.637)	(987)	(1.637)
Despesas antecipadas		3.004	9.254	3.884	9.516
Não circulante		640.677	549.098	599.739	507.346
Realizável a longo prazo		458.054	398.034	467.399	398.034
Operações de crédito	7	118.394	122.905	118.394	122.905
Operações de crédito		123.146	130.984	123.146	130.984
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.752)	(8.079)	(4.752)	(8.079)
Outros créditos		336.262	271.333	345.607	271.333
Rendas a receber		1.968	1.998	1.968	1.998
Diversos	8(b)	335.007	269.882	344.352	269.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(713)	(547)	(713)	(547)
Outros valores e bens	9	3.398	3.796	3.398	3.796
Despesas antecipadas		3.398	3.796	3.398	3.796
Permanente		182.623	151.064	132.340	109.312
Investimentos		85.996	77.201	2.763	2.460
Participações em coligadas e controladas no país	10	83.901	75.295	668	554
Outros investimentos		2.095	1.906	2.095	1.906
Imobilizado de uso		61.896	38.449	64.637	41.249
Outras imobilizações de uso		75.750	52.016	82.336	58.873
Depreciações acumuladas		(13.854)	(13.567)	(17.699)	(17.624)
Intangível		34.731	35.414	64.940	65.603
Ativos intangíveis		54.495	50.072	87.293	82.880
Amortização acumulada		(19.764)	(14.658)	(22.353)	(17.277)
Total do ativo		5.440.100	4.248.203	9.611.404	8.993.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2020
Valores expressos em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		2.119.247	1.798.372	6.282.605	6.537.304
Depósitos		1.271.751	1.360.257	906.527	795.602
Depósitos à vista		436.736	532.352	184.474	118.966
Depósitos interfinanceiros	11	232.159	188.400	232.159	188.400
Depósitos a prazo	11	579.106	635.707	466.144	484.438
Outros depósitos		23.750	3.798	23.750	3.798
Captações no mercado aberto		11.055	15.462	4.601	12.792
Carteira própria		11.055	15.462	4.601	12.792
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	128.828	66.054	128.828	66.054
Recursos de letras imobiliárias, hipot., de crédito e similares		128.828	66.054	128.828	66.054
Relações interfinanceiras		2.444		2.444	
Recebimentos e pagamentos a liquidar		2.444		2.444	
Relações interdependências		54.663	47.078	54.663	47.078
Recursos em trânsito de terceiros		54.663	47.078	54.663	47.078
Obrigações por empréstimos e repasses		40	7	51	7
Empréstimos no país - Outras instituições				11	
Empréstimos no exterior		40	7	40	7
Instrumentos financeiros derivativos		64	90	64	90
Outras obrigações		650.402	309.424	5.185.427	5.615.681
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		581	1.128	581	1.128
Carteira de câmbio	13(a)	24.384	6.609	24.384	6.609
Fiscais e previdenciárias	13(b)	15.102	6.887	22.327	10.655
Negociação e intermediação de valores		662	969	12.958	7.272
Dívidas subordinadas	13(c)	329.548	243.847	329.548	243.847
Diversas	13(e)	280.125	49.984	4.795.629	5.346.170
Não circulante		2.865.695	1.946.453	2.865.695	1.946.453
Exigível a longo prazo		2.852.426	1.942.555	2.852.426	1.942.555
Depósitos		2.652.958	1.837.754	2.652.958	1.837.754
Depósitos interfinanceiros	11	414	406	414	406
Depósitos a prazo	11	2.652.544	1.837.348	2.652.544	1.837.348
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	7.417	7.982	7.417	7.982
Recursos de letras imobiliárias, hipot., de crédito e similares		7.417	7.982	7.417	7.982
Outras obrigações		192.051	96.819	192.051	96.819
Fiscais e previdenciárias	13(b)	11	315	11	315
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	13(d)	151.470	46.563	151.470	46.563
Diversas	13(e)	40.570	49.941	40.570	49.941
Resultados de exercícios futuros		13.269	3.898	13.269	3.898
Participações de não controladores				7.233	6.071
Patrimônio líquido		455.158	503.378	455.871	504.118
Capital de domiciliados no país	14(a)	458.621	458.621	458.621	458.621
Reservas de capital		1.397	1.287	2.022	1.939
Reservas de lucros	14(b)	40.459	43.334	40.547	43.422
Ajustes de avaliação patrimonial		120	136	120	136
Prejuízos acumulados		(45.439)		(45.439)	
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.440.100	4.248.203	9.611.404	8.993.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Demonstrações do resultado**

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Banco		Consolidado	
	Nota	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira		190.905	142.491	193.886	151.222
Operações de crédito	16	26.956	27.850	26.449	27.850
Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez	17	24.600	46.111	26.262	50.237
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		75.791	10.807	72.552	11.004
Resultado de operações de câmbio		63.558	44.723	68.623	49.131
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros			13.000		13.000
Despesas da intermediação financeira		(193.380)	(106.993)	(190.715)	(106.679)
Operações de captação no mercado	18	(182.119)	(105.524)	(179.541)	(105.210)
Operações de empréstimos e repasses		(4.585)	(88)	(4.585)	(88)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros			(17)		(17)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.676)	(1.364)	(6.589)	(1.364)
Resultado bruto da intermediação financeira		(2.475)	35.498	3.171	44.543
Outras receitas (despesas) operacionais		(90.727)	(29.610)	(94.692)	(35.886)
Receitas de prestação de serviços	19	72.913	27.971	100.526	42.603
Rendas de tarifas bancárias		2.823	1.707	2.823	1.707
Despesas de pessoal	20	(29.764)	(26.859)	(58.077)	(44.468)
Outras despesas administrativas	21	(143.137)	(110.499)	(155.014)	(111.204)
Despesas tributárias	22	(9.087)	(10.337)	(16.800)	(15.745)
Resultado de participações em coligada e controladas	10	(644)	54	210	
Outras receitas operacionais	23	44.032	104.663	45.747	115.907
Outras despesas operacionais	23	(27.863)	(16.310)	(14.107)	(24.686)
Resultado operacional		(93.202)	5.888	(91.521)	8.657
Resultado não operacional		11.544	390	11.380	461
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(81.658)	6.278	(80.141)	9.118
Imposto de renda e contribuição social	15(d)	36.219	(1.410)	37.723	(1.209)
Provisão para imposto de renda		(2.572)	(1.426)	(3.847)	(2.011)
Provisão para contribuição social		(2.058)	(855)	(2.462)	(1.117)
Ativo fiscal diferido		40.849	871	44.032	1.919
Participações estatutárias no lucro			(3.866)	(1.789)	(6.529)
Lucro líquido (Prejuízo) dos semestres		(45.439)	1.002	(44.207)	1.380
Resultado atribuível a acionistas controladores				(45.352)	1.156
Resultado atribuível a acionistas não controladores				1.145	224
Resultado por lote de mil ações - R\$		(508,67)	14,45		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Demonstrações do resultado abrangente

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido (Prejuízo) dos semestres	(45.439)	1.002	(44.207)	1.380
Outros ajustes abrangentes	(15)	(684)	(15)	(684)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(159)	(1.140)	(159)	(1.140)
Variação cambial de dependência no exterior	152	0	152	0
Imposto de renda e contribuição social	(8)	456	(8)	456
Total do resultado abrangente	(45.454)	318	(44.222)	696
Resultado abrangente atribuível a acionistas controladores			(45.367)	472
Resultado abrangente atribuível a acionistas não controladores			1.145	224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Banco
Em 30 de junho de 2020
Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	261.721		48.945	1.179		311.845
Ajustes de avaliação patrimonial				(684)		(684)
Aumento de capital	85.000					85.000
Lucro líquido do semestre					1.002	1.002
Saldo em 30 de junho de 2019	346.721		48.945	495	1.002	397.163
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.287	43.334	136		503.378
Ajustes de avaliação patrimonial				(16)		(16)
Remuneração baseada em ações		110				110
Prejuízo do semestre					(45.439)	(45.439)
Dividendos			(2.875)			(2.875)
Saldo em 30 de junho de 2020	458.621	1.397	40.459	120	(45.439)	455.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado
Em 30 de junho de 2020
Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Participações de não controladores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	261.721		48.945	1.179		311.845	2.028	313.873
Ajustes de avaliação patrimonial				(684)		(684)		(684)
Aumento de capital	85.000					85.000	1.057	86.057
Redução de capital							(50)	(50)
Lucro líquido do semestre					1.002	1.002	224	1.226
Dividendos							(146)	(146)
Saldo em 30 de junho de 2019	346.721		48.945	495	1.002	397.163	3.113	400.276
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.939	43.422	136		504.118	6.071	510.189
Ajustes de avaliação patrimonial				(16)		(16)		(16)
Aumento de capital							17	17
Remuneração baseada em ações		83				83		83
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre					(45.439)	(45.439)	1.145	(44.294)
Dividendos				(2.875)		(2.875)		(2.875)
Saldo em 30 de junho de 2020	458.621	2.022	40.547	120	(45.439)	455.871	7.233	463.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 30 de junho de 2020
Valores expressos em milhares de reais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) dos semestres	(45.439)	1.002	(44.207)	1.379
Ajustes ao lucro líquido (Prejuízo)	98.601	20.028	92.851	17.077
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.676	1.364	6.589	1.364
Depreciação e amortização	7.939	5.101	10.939	5.317
Resultado de participação em controlada	644	(54)	(210)	
Ganhos / perdas de capital líquidas	371	393	221	90
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.849)	(871)	(44.032)	(1.919)
Variação cambial dívida subordinada	85.662	(2.525)	85.662	(2.525)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(68.801)	(25.268)	(73.974)	(27.323)
Variação cambial de outros ativos e passivos	123.166	47.412	123.890	47.597
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	(9.188)	(2.089)	(9.188)	(2.089)
Pagamentos baseados em ações	110		83	
Reversão de provisão para contingências	(7.129)	(3.435)	(7.129)	(3.435)
Lucro líquido ajustado	53.162	21.030	48.644	18.456
Variações de ativos e passivos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(380)		(380)
Títulos e valores mobiliários	(396.784)	(228.503)	(402.369)	(435.164)
Operações de crédito	64.754	8.481	64.499	8.481
Outros créditos	(89.801)	64.879	(85.521)	43.812
Outros valores e bens	8.509	(9.393)	7.483	(10.141)
Depósitos	726.544	122.998	925.974	83.851
Captações no mercado aberto	(4.407)	3.044	(8.191)	102
Recursos de aceites e emissões de títulos	62.209	(14.874)	62.209	(14.874)
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	32	1.952	44	1.952
Relações interfinanceiras e interdependências	(984.998)	2.200.359	(417.706)	(1.491.487)
Instrumentos financeiros derivativos	(76.684)	5.034	(76.684)	5.034
Outras obrigações	232.536	(2.994.544)	(537.668)	970.045
Resultado de exercícios futuros	9.371	(922)	9.371	(922)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.027)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(395.557)	(820.839)	(410.942)	(821.235)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação de imobilizado de uso	13.509	319	13.706	319
Aquisição de imobilizado de uso	(39.385)	(6.443)	(39.688)	(7.035)
Aquisição de investimentos	(189)		(189)	
Aquisição de intangível	(4.828)	(2.823)	(21.995)	(14.115)
Alienação de intangível	1	232	14.314	232
Dividendos recebidos	134		134	11
Alienação de participações societárias	455	584	9	584
Aquisição de participações societárias	(10.211)	(181)	(49)	(230)
Redução de capital em controladas e coligada		150		
Aumento de capital em controladas e coligada		(12.723)		(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(40.514)	(20.885)	(33.758)	(20.334)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(2.875)		(3.168)	(145)
Aumento de capital		85.000	89	85.377
Redução de capital				(50)
Integralização de capital				6
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital	102.300	23.738	102.300	23.738
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	99.425	108.738	99.221	108.926
Redução de caixa e equivalente de caixa	(336.646)	(732.986)	(345.479)	(732.643)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	786.966	1.049.066	801.799	1.058.560
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	68.801	25.268	73.974	27.323
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	519.121	341.348	530.294	353.240
Redução de caixa e equivalente de caixa	(336.646)	(732.986)	(345.479)	(732.643)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de adquirência, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado, o lançamento de letras financeiras subordinadas e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A., que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Circular Bacen nº 3.959/2019 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações efetuadas por estas estão sendo contempladas a partir desta Demonstração Financeira.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na nota 2(p).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento subsequente
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico (R1)
Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 31 de agosto de 2020.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior:

- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais;
- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e
- Das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, são convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado.
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

O Banco também levou em consideração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.803/20, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 30 de setembro de 2020 em função da pandemia da Covid19, para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

(iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

- Nas operações classificadas como “transferência substancial dos riscos e benefícios” o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
- Nas operações classificadas na categoria “com retenção de riscos e benefícios” o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 9.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por

softwares adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*. No semestre findo não foram identificados indícios de *impairment*.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% (20% em 2018 em conformidade com a lei 13.169/15) para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e 9% para as demais empresas, incidentes pelo lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Pagamento baseado em ações

Executivos de alto nível do Banco recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (transações liquidadas com títulos patrimoniais). Quando os títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pelo Banco como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado. O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Para determinar o valor justo, o Banco utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas de capital), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Banco sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

(o) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(p) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. contemplam sua dependência no exterior e as operações de suas controladas. Foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

As empresas consolidadas e as suas participações, diretas e indiretas, estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	2020		
		Participação direta	Participação indireta	Participação consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	83,18%	16,70%	99,88%
Adiq Soluções de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	77,40%	2,70%	80,10%
DT Participações Ltda.	Participação societária em Instituições Financeiras	87,80%		87,80%
AD Participações Ltda.	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52%		99,52%
Previmax Previdência e Seguradora S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	99,80%		99,80%
BS2 Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%		99,90%
BLU Tecnologia Digital Ltda.	Serviços de tecnologia	14,75%	84,00%	98,75%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos		75,00%	75,00%
BLU Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	87,06%		87,06%
BS2P Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	98,00%		98,00%
Data Lead Informações	Serviços de tecnologia		99,99%	99,99%
Dependências no exterior - Agência Cayman	Agência no exterior	100,00%		100,00%

Empresa	Atividade	2019		
		Participação direta	Participação indireta	Participação consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	74,90%	25,00%	99,90%
Adiq Soluções de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	86,00%	3,00%	89,00%
DT Participações Ltda.	Participação societária em Instituições Financeiras	87,80%		87,80%
AD Participações Ltda.	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52%		99,52%
Previmax Previdência e Seguradora S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	99,80%		99,80%
BS2 Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%		99,90%
BLU Tecnologia Digital Ltda.	Serviços de tecnologia	14,75%	84,00%	98,75%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos	75,00%		75,00%
BLU Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	99,50%		99,50%
Pinhel MG Participações Ltda.	Holding de instituições não-financeiras	55,56%		55,56%

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidade em moeda nacional	5.789	4.437	8.039	8.220
Disponibilidade em moeda estrangeira	143.338	62.537	152.261	73.587
Total de disponibilidades	149.127	66.974	160.300	81.807
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	369.994	719.992	369.994	719.992
Total	519.121	786.966	530.294	801.799

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(c).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco e Consolidado	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro		140.831
Letras do Tesouro Nacional		129.163
Notas do Tesouro Nacional	369.994	449.998
Aplicações no mercado aberto	369.994	719.992
Total - Circulante	<u>369.994</u>	<u>719.992</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Livres				
Letras Financeiras do Tesouro	626.753	277.306	655.211	288.467
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	45.953	12.874	45.953	12.874
Cotas de fundos de investimentos	96.934	94.566	110.665	173.507
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040	9.040	9.040
Vinculado a operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro	11.058	15.482	11.058	15.482
Vinculado ao Banco Central				
Letras Financeiras do Tesouro		11.984	10.008	11.984
Vinculado a prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	332.367	304.207	426.322	354.673
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(9.040)	(9.040)	(9.040)
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.113.065	716.419	1.259.217	856.987
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>Swap</i>	228.493	143.863	228.493	143.863
Total - Circulante	<u>1.341.558</u>	<u>860.282</u>	<u>1.487.710</u>	<u>1.000.850</u>

**(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários**

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

	Banco							
	30/06/2020							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	1.119.279	2.826	1.122.105	105.974	149.044	179.220	331.834	356.033
Cotas de fundos de investimentos (i)	96.934		96.934	96.934				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	42.800	3.153	45.953				12.981	32.972
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	970.505	(327)	970.178		149.044	179.220	318.853	323.061
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.119.279	2.826	1.122.105	105.974	149.044	179.220	331.834	356.033
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	1.110.239	2.826	1.113.065	96.934	149.044	179.220	331.834	356.033
								Consolidado
								30/06/2020
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	1.266.488	1.769	1.268.257	119.705	149.214	281.254	352.043	366.041
Cotas de fundos de investimentos (i)	110.905	(240)	110.665	110.665				
Ações de companhias fechadas (ii)	9.040		9.040	9.040				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	42.800	3.153	45.953				12.981	32.972
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	1.103.743	(1.144)	1.102.599		149.214	281.254	339.062	333.069
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.266.488	1.769	1.268.257	119.705	149.214	281.254	352.043	366.041
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	1.257.448	1.769	1.259.217	110.665	149.214	281.254	352.043	366.041

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 30 de junho de 2020, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *swaps*, futuros e termos, os quais estão registrados na B3 S.A.. A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

	Banco e Consolidado	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo - a receber		
<i>Swap</i> - diferencial a receber	228.493	143.863
Passivo - a pagar		
Obrigações por venda a termo	64	90
Valor líquido	228.429	143.773

(i) Swap

Os *swaps* Dólar x CDI compõem, a estrutura de *hedge* de risco de mercado da captação externa, são custodiados pela CETIP e tem vencimento para 03/11/2020. Seu valor de referência está registrado em contas de compensação no montante de R\$ 102.180 (R\$ 102.180 em 31/12/2019).

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
Ajuste a Receber						
<i>Swap</i> Dólar	320.452	329.548	9.096	244.224	243.847	(377)
Ajuste a Pagar						
<i>Swap</i> CDI	102.853	101.055	1.798	103.282	99.984	3.298
Total	217.599	228.493	10.894	140.942	143.863	2.921

(ii) Termo

Em 30 de junho de 2020, o Banco e o Consolidado possuía posições vendidas em termos de moeda estrangeira totalizando R\$ 64 (R\$ 90 em 31/12/2019) com um valor de referência de R\$ 18.975 (R\$ 24.450 em 31/12/2019). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras.

(iii) Futuros

Em 30 de junho de 2020, o Banco e Consolidado, realizou operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido negativo para o Banco de R\$ 21.554 (1º semestre 2019 - resultado líquido positivo de R\$ 3.923) e um resultado líquido negativo para o Consolidado de R\$ 24.793 (1º semestre 2019 - resultado líquido positivo de R\$ 4.121).

(iv) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* de risco de mercado, visando a proteção da variação cambial mais o cupom da captação externa, assim como o objeto de *hedge* estão representados como segue:

Descrição	Instrumentos	Vencimento	Indexadores e Taxas	Banco e Consolidado			
				Valor de Referência		Valor de Mercado	
				30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<i>Objeto de Hedge</i>	Captação Externa	03/11/2020	Ponta Passiva: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	(329.548)	(243.847)
<i>Instrumentos de Hedge</i>	Swaps de Fluxo de Caixa	03/11/2020	Ponta Ativa: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	329.548	243.847
			Líquido: Variação cambial mais cupom				
			Passiva: %CDI			(101.055)	(99.984)

Para obtenção do valor de mercado das operações de *swap*, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3 S.A., ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

6 Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar

Pagamentos e recebimentos a liquidar no Banco refere-se a créditos antecipados aos estabelecimentos comerciais de operações com cartão de débito e crédito e no Consolidado refere-se pagamentos e recebimentos a liquidar de emissores decorrentes das operações com cartão de débito e crédito realizadas por estabelecimentos comerciais.

7 Operações de crédito e outros créditos
(a) Classificação por produto

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Setor Privado				
Crédito pessoal	9.444	17.872	9.444	17.872
Capital de giro	269.838	299.975	252.459	282.341
Recebíveis adquiridos		36.118		36.118
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	42.794	45.855	42.794	45.855
Desconto de títulos	20.042	528	20.042	528
Adiantamentos a depositantes	514	71	514	71
Cartão de crédito	74		74	
Diversos	10.569	31.203	10.569	31.203
Total operações de crédito	353.275	431.622	335.896	413.988
Adiantamentos sobre contratos de câmbio		1.923		1.923
Precatórios	421.305	376.105	421.305	376.105
Devedores por compra de valores e bens	182	319	182	319
Cartão de crédito	892		892	
Diversos	8.347	6.601	8.347	6.601
Total outros créditos (*)	430.726	384.948	430.726	384.948
Total carteira de crédito	784.001	816.570	766.622	798.936
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(11.948)	(18.864)	(11.861)	(18.776)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos	(10.030)	(3.529)	(10.030)	(3.529)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.978)	(22.393)	(21.891)	(22.305)
Total	762.023	794.177	744.731	776.631
Circulante	446.173	497.285	428.881	479.739
Realizável a longo prazo	315.850	296.892	315.850	296.892

(b) Cessão de créditos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco. No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco que na data da cessão totalizava R\$ 250.000 e foi recebido o montante de R\$ 263.000. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 13.000 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

(c) Classificação por prazo

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
A vencer com prazo indeterminado	421.305	376.105	421.305	376.105
A vencer até 90 dias	140.341	93.090	134.424	90.990
A vencer de 91 a 180 dias	34.945	101.931	31.030	101.931
A vencer de 181 a 360 dias	42.075	102.747	40.386	87.213
A vencer acima de 360 dias	123.146	131.029	117.288	131.029
Total de parcelas a vencer	761.812	804.902	744.433	787.268
Vencidas até 90 dias	12.733	3.325	12.733	3.325
Vencidas de 91 a 180 dias	533	6.966	533	6.966
Vencidas de 181 a 360 dias	8.904	979	8.904	979
Vencidas acima de 360 dias	19	398	19	398
Total de parcelas vencidas	22.189	11.668	22.189	11.668
Total	784.001	816.570	766.622	798.936

(d) Classificação por setor de atividade

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Indústria	8.347	8.525	8.347	8.525
Outros serviços	310.044	366.997	292.665	349.363
Pessoas físicas	44.305	64.943	44.305	64.943
Administração pública	421.305	376.105	421.305	376.105
Total	784.001	816.570	766.622	798.936

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	Banco				Consolidado			
		30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020		31/12/2019	
		Carteira	Provisão mínima requerida						
AA		86.034		66.924		86.034		66.924	
A	0,5	517.386	2.587	554.603	2.773	500.007	2.500	536.969	2.685
B	1	83.206	832	84.434	844	83.206	832	84.434	844
C	3	55.616	1.668	63.627	1.909	55.616	1.668	63.627	1.909
D	10	22.051	2.205	22.303	2.230	22.051	2.205	22.303	2.230
E	30	3.046	914	9.919	2.976	3.046	914	9.919	2.976
F	50	3.106	1.553	3.553	1.777	3.106	1.553	3.553	1.777
G	70	4.457	3.120	4.411	3.088	4.457	3.120	4.411	3.088
H	100	9.099	9.099	6.796	6.796	9.099	9.099	6.796	6.796
Total		784.001	21.978	816.570	22.393	766.622	21.891	798.936	22.305



(f) Classificação por níveis de risco e produto

Nível	30/06/2020					Banco 31/12/2019				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA			86.034		86.034			66.924		66.924
A	3.995	166.625	335.271	11.495	517.386	5.256	172.756	309.181	67.410	554.603
B	3.251	32.376		47.579	83.206	4.316	49.947		30.171	84.434
C	105	40.349		15.162	55.616	161	45.605		17.861	63.627
D	639	21.336		76	22.051	796	21.507			22.303
E	1.149	1.897			3.046	960	1.982		6.977	9.919
F	32	2.820		254	3.106	28	3.525			3.553
G	21	4.088		348	4.457	145	4.237		29	4.411
H	252	347		8.500	9.099	6.210	416		170	6.796
Total	9.444	269.838	421.305	83.414	784.001	17.872	299.975	376.105	122.618	816.570

Nível	30/06/2020					Consolidado 31/12/2019				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA			86.034		86.034			66.924		66.924
A	3.995	149.246	335.271	11.495	500.007	5.256	155.122	309.181	67.410	536.969
B	3.251	32.376		47.579	83.206	4.316	49.947		30.171	84.434
C	105	40.349		15.162	55.616	161	45.605		17.861	63.627
D	639	21.336		76	22.051	796	21.507			22.303
E	1.149	1.897			3.046	960	1.982		6.977	9.919
F	32	2.820		254	3.106	28	3.525			3.553
G	21	4.088		348	4.457	145	4.237		29	4.411
H	252	347		8.500	9.099	6.210	416		170	6.796
Total	9.444	252.459	421.305	83.414	766.622	17.872	282.341	376.105	122.618	798.936



(g) Concentração da carteira

	Banco				Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019		30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	500.554	63,85	506.435	62,02	500.554	65,29	505.609	63,29
20 maiores devedores seguintes	187.207	23,88	195.365	23,93	181.523	23,68	183.883	23,02
50 maiores devedores seguintes	75.145	9,58	92.242	11,30	64.424	8,40	87.284	10,93
100 maiores devedores seguintes	16.602	2,12	18.212	2,23	15.822	2,06	17.906	2,24
Outros	4.493	0,57	4.316	0,52	4.299	0,57	4.254	0,52
Total	784.001	100,00	816.570	100,00	766.622	100,00	798.936	100,00

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Saldo no início do semestre	22.393	17.363	22.305	17.363
Constituição / reversão de provisão	5.812	1.250	5.813	1.250
Baixas de créditos para prejuízo	(6.227)	(424)	(6.227)	(424)
Saldo no fim do semestre	21.978	18.189	21.891	18.189

No Banco e Consolidado, no primeiro semestre de 2020 foi recuperado o montante de R\$ 850 (R\$ 3.991 em 30/06/2019) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado no primeiro semestre de 2020 um montante de R\$ 132.586 (R\$ 55.715 em 30/06/2019) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2020 totaliza em R\$ 118.708 (R\$ 10.195 em 30/06/2019).

8 Outros créditos
(a) Carteira de câmbio

O saldo da carteira de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	Banco e Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Câmbio comprado a liquidar	5.462	4.016
Direitos sobre vendas de câmbio	18.838	4.680
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(3.390)	(2.642)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos		50
Total	20.910	6.104

(b) Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Créditos tributários	132.319	91.473	144.273	99.843
Devedores por depósitos em garantia (i)	10.486	12.201	10.489	12.417
Baixas sem financeiro (ii)	5.769	5.803	5.769	5.804
Impostos e contribuições a compensar (iii)	39.543	36.367	46.203	42.123
Títulos e créditos a receber (iv)	14.188	9.230	14.191	9.230
Precatórios (nota 7)	421.305	376.105	421.305	376.105
Devedores por compras de valores e bens	182	319	182	319
Outras operações de câmbio	8.347	6.601	8.347	6.601
Valores a receber de sociedades ligadas	630	2.147	44	1.157
Valores relativos a transações de pagamento	892		892	
Diversos	4.412	2.839	27.317	29.834
Total	638.073	543.085	679.012	583.433
Circulante	303.066	273.203	334.660	313.551
Realizável a longo prazo	335.007	269.882	344.352	269.882

(i) “Devedores por depósitos em garantia” são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais		Banco	
	Provisões para contingências			
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 13e(i))	2.489	2.550	3.407	3.719
Contingências cíveis (nota 13e(i))	6.047	7.175	17.961	24.821
Outras	121	647	152	109
Total	10.486	12.201	21.520	28.649

	Depósitos judiciais		Consolidado Provisões para contingências	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
	Contingências tributárias	1.829	1.829	
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 13e(i))	2.489	2.550	3.407	3.719
Contingências cíveis (nota 13e(i))	6.047	7.175	17.961	24.821
Outras	124	863	152	109
Total	10.489	12.417	21.520	28.649

- (ii) “Baixas sem financeiro” refere-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.
- (iii) “Impostos e contribuições a compensar” refere-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.
- (iv) Os direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União Federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório.

9 Outros valores e bens

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio (i)	17.749	19.608	18.156	19.608
Despesas antecipadas	6.402	13.051	7.282	13.313
Deságio na colocação de títulos	3.735	4.291	3.735	4.291
Outras despesas antecipadas	2.667	8.760	3.547	9.022
Total	24.151	32.659	25.438	32.921

Circulante	20.753	28.863	22.040	29.125
Realizável a longo prazo	3.398	3.796	3.398	3.796

- (i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.



10 Investimentos em controladas e coligadas

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

						30/06/2020
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado semestre	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.697	(95)	22.652	(94)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.			835	278		140
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	5.813	137	5.807	137
BLU Tecnologia Digital Ltda.	221.250	14,75	1.195	(281)	176	(42)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	24.717.000	83,18	29.333	(6.158)	23.881	(4.682)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	9.000.000	77,40	31.156	6.477	24.115	5.013
AD Participações Ltda.	1.250.000	99,52	1.853	172	1.845	171
DT Participações Ltda.	7.252.300	87,80	4.796	(1.425)	4.211	(1.250)
BLU Participações Ltda.	1.102.500	87,06	1.009	(236)	878	(206)
Butiá Participações S.A.	160.080	24,00	1.962	540	336	169
BS2P Participações Ltda.	980	98,00				
Total					83.901	(644)

Em maio de 2020 o Banco alienou suas quotas de participação da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. Para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Em Assembleia realizada em junho de 2020 na BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 43.000, aprovado pelo Banco Central em julho 2020.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Em 30 de junho de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2019</u>			<u>30/06/2019</u>		
	<u>Quantidade de quotas ou ações possuídas</u>	<u>% de participação</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Valor do investimento</u>	<u>Resultado semestre</u>	<u>Resultado da equivalência patrimonial no semestre</u>
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.792	22.746	335	334
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	225.000	75,00	550	413	135	101
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	5.676	5.670	(339)	(338)
BLU Tecnologia Digital Ltda.	221.250	14,75	1.476	218	(39)	16
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	24.717.000	74,90	25.327	18.625	(2.039)	(1.527)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	9.000.000	77,40	24.871	19.102	1.929	1.659
AD Participações Ltda.	1.250.000	99,52	1.682	1.674	55	55
DT Participações Ltda.	7.252.300	87,80	6.220	5.461	(513)	(492)
BLU Participações Ltda.	1.102.500	87,06	1.245	1.084	248	246
Butiá Participações S.A. (*)	160.080	24,00	1.257	302	412	
BS2P Participações Ltda.	980	98,00				
Total				<u>75.295</u>		<u>54</u>

Em Assembleia realizada em setembro de 2019 foi deliberado aumento do capital social da Adiq – Soluções de Pagamento S.A. com aporte de novos sócios reduzindo a participação do Banco de 86% para 77,40%

Em junho de 2019 o Banco adquiriu 160.080 ações da Butiá Participações S.A. passando a participar na sociedade com 24,00%.

Em Assembleia realizada em junho de 2019 na BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 33.000, aprovado pelo Banco Central em julho 2019.

Em abril de 2019 foi constituída a BLU Participações Ltda. com o capital social de R\$ 1.266 em que o Banco participa com 99,50%. O Banco integralizou sua participação na BLU Participações Ltda. mediante a transferência de um milhão duzentos e sessenta mil de suas quotas de capital da BLU Tecnologia Ltda. reduzindo sua participação direta de 98,75% para 14,75%.

Em maio de 2019 foi realizada nova alteração contratual da BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda. mudando sua denominação social para BLU Tecnologia Digital Ltda.. Em abril de 2019 o Banco alienou quotas de capital da DT Participações Ltda. reduzindo sua participação total de 99,80% para 87,80%. Em junho de 2019 foi realizada alteração contratual da DT Participações Ltda. aumentando o capital social de R\$ 5.010 para R\$ 8.260.



(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas:

	Saldo em 31/12/2019	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos	Aumento (Redução) de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de quotas	Saldo em 30/06/2020
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.746	(94)					22.652
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	413	140		225	(323)	(455)	5.807
BS2 Tecnologia Ltda.	5.670	137					176
BLU Tecnologia Digital Ltda.	218	(42)					23.881
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	18.625	(4.682)		9.986	(48)		24.115
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	19.102	5.013					1.845
AD Participações Ltda.	1.674	171					4.211
DT Participações Ltda.	5.461	(1.250)					878
BLU Participações Ltda.	1.084	(206)					336
Butiá Participações S.A.	302	169	(135)				
Total	75.295	(644)	(135)	10.211	(371)	(455)	83.901

	Saldo em 31/12/2018	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Aumento (Redução) de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de quotas	Saldo em 30/06/2019
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	21.971	334				22.305
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	471	101	(150)	(108)		314
BS2 Tecnologia Ltda.	5.368	(338)				5.030
BLU Tecnologia Digital Ltda.	1.812	16		(303)	(1.260)	265
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.286	(1.527)	9.737			22.496
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	5.313	1.659				6.972
AD Participações Ltda.	1.200	55				1.255
DT Participações Ltda.	4.768	(492)	2.886	19	(584)	6.597
BLU Participações Ltda.		246			1.260	1.506
Butiá Participações S.A.					181	181
Total	55.189	54	12.473	(392)	(403)	66.921



11 Depósitos interfinanceiros e a prazo

	30/06/2020					Banco 31/12/2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros										
Flutuante	15.511	216.648	414		232.573	36.652	151.748	406		188.806
Depósitos a prazo										
Pré-fixados	24.828	18.951	112.409	3.206	159.394	8.906	23.874	95.637		128.417
Flutuantes	154.533	380.794	2.510.199	26.730	3.072.256	99.838	503.089	1.596.704	145.007	2.344.638
	179.361	399.745	2.622.608	29.936	3.231.650	108.744	526.963	1.692.341	145.007	2.473.055
										Consolidado
	30/06/2020					31/12/2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros										
Flutuante	15.511	216.648	414		232.573	36.652	151.748	406		188.806
Depósitos a prazo										
Pré-fixados	24.828	18.951	112.409	3.206	159.394	8.906	23.873	95.637		128.416
Flutuantes	154.533	267.832	2.510.199	26.730	2.959.294	99.838	503.089	1.445.436	145.007	2.193.370
	179.361	286.783	2.622.608	29.936	3.118.688	108.744	526.962	1.541.073	145.007	2.321.786

12 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos conforme quadro abaixo:

	Banco e Consolidado			
	30/06/2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	15.269	29.701	869	45.839
Letras financeiras		83.858	6.548	90.406
Total	15.269	113.559	7.417	136.245

	Banco e Consolidado			
	31/12/2019			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	26.199	39.569	1.571	67.339
Letras financeiras	286		6.411	6.697
Total	26.485	39.569	7.982	74.036

13 Outras obrigações
(a) Carteira de câmbio

	Banco e Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Câmbio vendido a liquidar	18.965	4.630
Obrigações por compras de câmbio	5.419	3.852
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio		(1.873)
Total	24.384	6.609

(b) Fiscais e previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para impostos e contribuições			939	390
Impostos e contribuições a recolher	8.694	5.419	14.980	8.797
Provisão para impostos diferidos	6.419	1.783	6.419	1.783
Total	15.113	7.202	22.338	10.970
Circulante	15.102	6.887	22.327	10.655
Realizável a longo prazo	11	315	11	315

(c) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional “*Subordinated Notes*”, em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

O valor restante da emissão, equivalente a US\$ 5.000, estava classificado como “Recursos de aceites e emissão de títulos” e foi liquidado em setembro de 2012.

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

Histórico de recompras da dívida subordinada	Banco e Consolidado	
	Recompras	US\$ Mil Saldo
Principal da dívida		120.000
Autorização BACEN em agosto de 2012	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	
	20.000	100.000
Autorização BACEN em julho de 2013	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
	20.000	80.000
Autorização BACEN em maio de 2015	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
1º semestre de 2017	874	
	20.000	60.000
Autorização BACEN em janeiro de 2017	10.000	
Recompras em:		
1º semestre de 2017	731	
	731	59.269

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois *swaps* cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 5(b).

A seguir apresentamos a composição das dívidas subordinadas:

Taxa anual	Datas de		Saldo em US\$		Saldo em R\$	
	Emissão	Vencimento	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
9,25%	03/11/2010	03/11/2020	60.137	60.137	329.548	243.847
Total - Circulante			60.137	60.137	329.548	243.847

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

<u>Taxa anual</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
130% CDI	abril a agosto de 2019	abril a agosto de 2024	13.027	12.734
135% CDI	abril a setembro de 2019	abril a setembro de 2024	24.312	23.745
100% IPCA + 4,68%	agosto de 2019	agosto de 2024	317	307
100% IPCA + 4,82%	julho de 2019	julho de 2024	320	310
100% IPCA + 4,92%	setembro de 2019	setembro de 2024	317	307
100% IPCA + 4,98%	junho de 2019	junho de 2024	2.996	2.896
100% IPCA + 5,01%	agosto de 2019	agosto de 2024	954	922
100% IPCA + 5,47%	junho de 2019	junho de 2024	1.367	1.319
100% IPCA + 6,17%	maio de 2019	maio de 2024	406	390
100% IPCA + 6,22%	maio de 2019	maio de 2024	654	629
100% IPCA + 6,37%	maio de 2019	maio de 2024	438	420
100% IPCA + 6,42%	maio de 2019	maio de 2024	383	368
100% IPCA + 6,47%	abril e maio de 2019	abril e maio de 2024	989	949
100% IPCA + 6,77%	maio de 2019	maio de 2024	662	634
100% IPCA + 6,87%	maio de 2019	maio de 2024	661	633
100% IPCA + 5,75%	março de 2020	março de 2026	46.673	
130% CDI	janeiro de 2020	janeiro de 2025	509	
140% CDI	março de 2020	março de 2026	45.267	
100% PRÉ + 10,86%	março de 2020	março de 2026	10.813	
100% PRÉ + 9,88%	maio de 2020	abril de 2026	405 (*)	
			151.470	46.563

(*) Em fase de autorização pelo BACEN, para compor como nível I e II do Patrimônio de Referência. Os demais títulos foram aprovados pelo BACEN para compor como nível I e II do Patrimônio de Referência.

(e) Diversas

	<u>Banco</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 25 a)	720	564	120	240
Provisão de despesas com pessoal	7.747	12.411	15.229	20.187
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	28.543	13.958	43.750	35.242
Passivos contingentes (i)	21.520	28.649	21.520	28.649
Obrigações por transações de pagamento (ii)			4.013.446	4.585.488
Valores a repassar por operações de aquisição (iii)	218.383	7	698.319	616.432
Prestações recebidas e pendentes de baixa	1.854	3.734	1.855	4.044
Ordens de pagamento	288	20	318	20
Repasse Projeto Minha Casa Minha Vida	582	111	582	111
Valores de tarifas a devolver	18.985	18.985	18.985	18.985
Provisões técnicas de seguros				64.709
Outros (iv)	22.073	21.486	22.075	22.004
Total	320.695	99.925	4.836.199	5.396.111
Circulante	280.125	49.984	4.795.629	5.346.170
Realizável a longo prazo	40.570	49.941	40.570	49.941

(i) A Administração do Banco e do Consolidado revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 30 de junho de 2020 totalizavam R\$ 8.895 (R\$ 6.763 em 31/12/2019).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda

provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente e para os processos que não possuam liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da decisão final condenatória por ausência de subsídios suficientes para tanto, terão o valor de risco calculado pelo ticket médio de liquidação dos processos judiciais ativos e com valor de risco individualmente apurado.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Banco e Consolidado			
	30/06/2020			
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Outros	Total
Saldo no início dos semestres	3.719	24.821	109	28.649
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	961	10.040	44	11.045
Êxitos/reversões	(981)	(11.555)		(12.536)
Pagamentos	(293)	(5.345)		(5.638)
Saldo no fim dos semestres	3.406	17.961	153	21.520

	Banco e Consolidado			
	30/06/2019			
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo no início dos semestres	4.319	25.885		30.204
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	299	930	400	1.629
Êxitos/reversões	(736)	(4.505)	(4)	(5.245)
Pagamentos				
Saldo no fim dos semestres	3.882	22.310	396	26.588

- (ii) "Obrigações por transações de pagamento" refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (adquirência) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões.
- (iii) "Valores recebidos a repassar por operações de adquirência" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.
- (iv) "Provisão para garantias financeiras prestadas" em 30 de junho de 2020 inclui a provisão específica para garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 166 (R\$ 203 em 31/12/2019) referente a provisão de uma carteira que monta R\$ 31.639 (R\$ 39.175 em 31/12/2019), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

14 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 30 de setembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 100.000 (representado pela emissão de 17.889.088 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal), subscrito e integralizado pelas pessoas físicas signatárias dos boletins de subscrição.

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 11.890, refletindo no aumento de 1.987.660 ações ordinárias e 107.401 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em que foram integralizadas mediante a utilização de créditos dos acionistas subscritores oriundos de Juros Sobre o capital próprio (JCP).

Assim, em 30 de junho de 2020, o capital subscrito e integralizado está representado como segue:

	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais</u>	<u>Total em circulação</u>
Em 30 de junho de 2020	71.331.854	17.996.489	89.328.343
Em 31 de dezembro de 2019	71.331.854	17.996.489	89.328.343

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em dezembro de 2019, foram pagos juros sobre capital próprio no montante de R\$ 14.000, correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 11.900 formalizado em Ata da Reunião da Diretoria. O cálculo teve como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95.

Em fevereiro de 2020, foram pagos dividendos no montante de R\$ 800 e em abril de 2020 foram pagos dividendos no montante de R\$ 2.075, ambos formalizados em Ata de Reunião da Diretoria.

(d) Opções de compra de ações

Em 2019, em concordância com o Plano de Incentivo de Longo Prazo definido pelo Grupo BS2, foram outorgados os Programas de Opção de Compra de Ações das companhias Banco BS2, BS2 DTVM e ADIQ Soluções de Pagamento. Estes programas são baseados no valor de opções de compra de ações e liquidados em instrumentos de patrimônio (ações).

São elegíveis ao Plano quaisquer executivos e profissionais de alto nível do Banco e de suas subsidiárias, controladas ou coligadas, além de prestadores de serviços, sem vínculo empregatício ou estatutário com aquele ou com estas. É papel do Conselho de Administração escolher, por seu único e exclusivo critério, os executivos e profissionais elegíveis (“Beneficiários”). Nesse âmbito, as opções de compra de ações foram concedidas a membros da diretoria estatutária e a alguns empregados das companhias.

O Programa outorgado pelo Banco BS2 é composto por 3 lotes, que passam a ser exercíveis a partir de zero (vestidas imediatamente), 0,7 e 1,7 anos da data de concessão, respectivamente. O Programa da companhia DTVM é composto por somente 2 lotes, que passam a ser exercíveis em 1 e 2 anos, respectivamente, da data de concessão. Já as outorgas da ADIQ são compostas também por 3 lotes, com o primeiro lote vestindo imediatamente, e o segundo e terceiro lotes com um tempo de carência médio de

	Banco BS2	DTVM	ADIQ
Preço médio ponderado das Ações	3,28	1,04	17,35
Preço de Exercício	5,29	0,89	4,00
Volatilidade Esperada do preço da Ação/quota	56,30%	56,30%	37,65%
Dividendos Esperados	0%	0%	2,40%
Taxa de Juros Livre de Risco	7,21%	7,34%	7,12% (média)

Para a determinação da volatilidade da BS2 e DTVM, utilizou-se como proxy a média da volatilidade histórica de 3 conglomerados financeiros listados na B3, que possuem modelos de negócio que se aproximam da empresa. O período utilizado foi de 2 anos anteriores à outorga, dado que este é o tempo de vida das opções. Já para a ADIQ, considerou-se somente uma empresa listada na bolsa como proxy, por ser a única da mesma área de atuação da companhia com dados suficientes para um cálculo embasado.

15 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos créditos tributários (nota 7(b)) apresentam-se como segue:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para perdas em ativos	17.546	11.078	17.546	11.078
Provisões passivas	19.379	24.205	20.315	25.688
Ajustes ao valor de mercado	270	1.281	289	1.282
Outras diferenças temporárias	4.909	9.254	4.908	9.504
Total de diferenças temporárias	42.104	45.818	43.058	47.552
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	49.644	25.032	56.640	29.374
Base negativa - Contribuição Social	40.571	20.623	44.575	22.917
Total	132.319	91.473	144.273	99.843

(b) Movimentação dos créditos tributários

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	Banco			Consolidado		
	30/06/2020			30/06/2019		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início dos semestres	45.819	45.654	91.473	45.692	22.057	67.749
Constituição	12.347	44.560	56.907	19.338	1.127	20.465
Utilização	(16.061)		(16.061)	(19.593)		(19.593)
Saldo no fim dos semestres	42.105	90.214	132.319	45.437	23.184	68.621
	Banco			Consolidado		
	30/06/2020			30/06/2019		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início dos semestres	47.493	52.350	99.843	47.277	24.435	71.712
Constituição	12.897	49.798	62.695	19.342	2.634	21.976
Utilização	(17.392)	(873)	(18.265)	(19.856)	(200)	(20.056)
Saldo no fim dos semestres	42.998	101.275	144.273	46.763	26.869	73.632

(c) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Banco		Consolidado	
	Valor contábil	Valor presente	Valor contábil	Valor presente
2020	19.369	18.943	21.978	21.496
2021	69.958	66.913	70.750	67.669
2022	30.719	28.736	37.441	35.024
2023	12.273	11.227	14.104	12.902
Total	132.319	125.819	144.273	137.091

O Banco e o Consolidado adotam a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de junho de 2020 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais. Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	30/06/2020		30/06/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(81.658)	(81.658)	6.278	6.278
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial	644	644	(54)	(54)
Participações estatutárias nos resultados			(3.866)	(3.866)
Outras, líquidas	200	937	1.165	1.165
Base de cálculo	(80.814)	(80.077)	3.523	3.523
Alíquota Efetiva	12.122	16.015	(529)	(529)
Alíquota Adicional	8.082		(352)	
Incentivo Fiscal				
Tributação pelo lucro presumido				
Imposto de renda e contribuição social	20.204	16.015	(881)	(529)

	30/06/2020		Consolidado 30/06/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(80.141)	(80.141)	9.118	9.118
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial	(210)	(210)		
Participações estatutárias nos resultados	(1.789)	(1.789)	(6.529)	(6.529)
Outras, líquidas	(494)	274	1.336	1.336
Base de cálculo	(82.634)	(81.866)	3.925	3.925
Alíquota Efetiva	12.482	16.912	(496)	(337)
Alíquota Adicional	8.352		(306)	
Incentivo Fiscal	36		8	
Tributação pelo lucro presumido	(40)	(19)	(53)	(25)
Imposto de renda e contribuição social	20.830	16.893	(847)	(362)

(i) No Banco, a partir de novembro de 2019 foi aplicada a alíquota de 20% para a constituição do crédito tributário da CSLL, conforme descrito na nota 2(k).

16 Receitas de operações de crédito

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Crédito pessoal	862	1.724	862	1.724
Empresarial	25.226	22.134	24.719	22.134
Cartões de crédito	18		18	
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	850	3.992	850	3.992
Total	26.956	27.850	26.449	27.850

17 Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.470	18.547	13.470	18.632
Resultado de títulos de renda fixa	15.508	23.801	16.958	26.845
Resultado de aplicações em fundos de investimento	(6.268)	4.127	(6.007)	4.779
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	2.060	(211)	2.011	134
Deságios na colocação de títulos	(170)	(170)	(170)	(170)
Outros		17		17
Total	24.600	46.111	26.262	50.237

18 Despesas de operações de captação no mercado

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de títulos emitidos no exterior	(102.304)	(20.068)	(102.304)	(20.068)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(3.862)	(4.909)	(3.862)	(4.909)
Despesas de depósitos a prazo	(68.770)	(75.741)	(66.328)	(75.427)
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	(4.261)	(2.469)	(4.261)	(2.469)
Outras despesas de captação	(2.922)	(2.337)	(2.786)	(2.337)
Total	(182.119)	(105.524)	(179.541)	(105.210)

19 Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Rendas por serviços de pagamento (i)			25.538	13.235
Rendas de cobrança	258	419	258	419
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)	64.725	25.684	64.725	25.684
Rendas de administração de fundos de investimentos			420	571
Diversas	7.930	1.868	9.585	2.694
Total	72.913	27.971	100.526	42.603

(i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

(ii) Rendas provenientes de aquisições realizada pelo Banco e Consolidado de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

20 Despesa de pessoal

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Honorários	(3.569)	(5.801)	(4.889)	(7.962)
Benefícios	(3.709)	(2.740)	(7.171)	(4.695)
Encargos Sociais	(6.203)	(5.681)	(11.656)	(9.002)
Proventos	(15.493)	(11.959)	(33.447)	(22.054)
Treinamento	(574)	(513)	(587)	(534)
Estagiários	(216)	(165)	(327)	(221)
Total	(29.764)	(26.859)	(58.077)	(44.468)

21 Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Aluguel	(4.218)	(2.070)	(5.140)	(3.133)
Comunicação	(1.798)	(1.789)	(2.839)	(3.047)
Manutenção e conservação de bens	(425)	(434)	(551)	(584)
Processamento de dados	(39.236)	(25.907)	(57.598)	(39.657)
Promoções e relações públicas	(12.154)	(738)	(12.747)	(845)
Propaganda e publicidade	(9.978)	(9.123)	(10.105)	(9.264)
Prestação de serviços	(58.330)	(56.894)	(44.565)	(38.283)
Transportes	(4.185)	(4.643)	(4.437)	(5.072)
Viagens	(1.003)	(1.524)	(1.240)	(1.837)
Depreciação e amortização	(7.939)	(5.101)	(10.864)	(5.309)
Outros	(3.871)	(2.276)	(4.928)	(4.173)
Total	(143.137)	(110.499)	(155.014)	(111.204)

22 Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas tributárias	(3.831)	(2.505)	(4.441)	(2.926)
ISSQN	(560)	(423)	(2.670)	(1.806)
Cofins	(4.040)	(6.373)	(8.160)	(9.355)
PIS	(656)	(1.036)	(1.529)	(1.658)
Total	<u>(9.087)</u>	<u>(10.337)</u>	<u>(16.800)</u>	<u>(15.745)</u>

23 Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Recuperação / despesas de provisões operacionais (i)	9.043	2.922	10.021	4.657
Variações monetárias e cambiais	244	11.763	266	11.787
Ajuste a valor de mercado da captação externa	1.215	(3.803)	1.215	(3.803)
Rebate de contratos cedidos (ii)	456	3.503	456	3.503
Resultado operações com precatórios	26.815	80.121	26.815	80.121
Resultado operações com outros direitos creditórios	576	3.951	576	3.951
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(63)	(1.873)	(63)	(1.873)
Perdas com processos trabalhistas	(293)	(760)	(293)	(760)
Intermediação de antecipação de recebíveis (iii)	(14.901)			
Perdas com processos cíveis	(5.346)	(8.191)	(5.345)	(8.191)
Resultado de operações com seguros			(586)	1.450
Outras	(1.577)	720	(1.422)	379
Total	<u>16.169</u>	<u>88.353</u>	<u>31.640</u>	<u>91.221</u>

- (i) “Recuperação/Despesas de provisões operacionais” referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas, provisão para fianças e bens não de uso.
- (ii) “Rebate de contratos cedidos” refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R\$ 1,00 cada contrato.
- (iii) “Intermediação de antecipação de recebíveis” refere-se a despesas de intermediação de operações de antecipação de recebíveis vinculados a operações de aquisição.

24 Cobertura de seguros

O Banco e Consolidado possuem cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

25 Partes relacionadas
(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	Banco			
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2019	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
Operações de Crédito	27.708		17.067	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (ii)	5.076		15.534	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	3.081			
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	9.222			
Pessoal chave da Administração (iii)	88			
Outras partes relacionadas (iv)	10.241		1.533	
Depósitos à vista	(255.247)		(2.818)	
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(10)		(9)	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			(76)	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	(159)		(226)	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(4)		(5)	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (ii)	(251.977)		(158)	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (ii)	(13)		(5)	
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	(84)		(1.921)	
BLU Tecnologia Digital Ltda. (ii)	(5)		(2)	
AD Participações Ltda. (ii)	(1)		(9)	
DT Participações Ltda. (ii)	(1)		(4)	
BLU Participações Ltda. (ii)	(5)		(5)	
BS2 Tecnologia e Processamento Ltda (ii)			(1)	
Pessoal chave da Administração (iii)	(140)		(89)	
Outras partes relacionadas (iv)	(2.848)		(308)	
Captações no mercado aberto	(94.949)	(3.426)	(163.312)	(828)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(1.661)	(293)	(1.380)	(194)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	(18)		(29)	(335)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(9)	(14)	(160)	(19)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (ii)	(61.402)	(3.044)	(138.878)	(124)
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	(2.000)	(52)	(1.815)	(141)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (ii)	(263)	(23)	(823)	(15)
AD Participações Ltda. (ii)	(5)			
Pessoal chave da Administração (iii)	(3.725)		(6.071)	
Outras partes relacionadas (iv)	(25.866)		(14.156)	
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	1.220	(35.482)		(3.945)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	80			
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.				5.942
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	208	(2.079)		
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)		(12)		(181)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (ii)	(150)	(19.766)		(3.580)
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	(3)	(13.625)		(6.126)
Banco BS2 Cayman (ii)	1.093			
BS2 Tecnologia e Processamento Ltda (ii)	(8)			
Operações de crédito / Receitas (Despesas) da intermediação financeira		506		(34)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (ii)		203		(34)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)		46		
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)		257		

- (i) Holding controladora integral do Banco BS2.
- (ii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 9.
- (iii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..
- (iv) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações de Crédito	10.329		1.533	
Pessoal chave da Administração (ii)	88			
Outras partes relacionadas (iii)	10.241		1.533	
Depósitos à vista	(2.998)		(482)	
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(10)		(9)	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.			(76)	
Pessoal chave da Administração (ii)	(140)		(89)	
Outras partes relacionadas (iii)	(2.848)		(308)	
Captações no mercado aberto	(31.252)	(293)	(21.607)	(194)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(1.661)	(293)	(1.380)	(194)
Pessoal chave da Administração (ii)	(3.725)		(6.071)	
Outras partes relacionadas (iii)	(25.866)		(14.156)	
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	80			5.942
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	80			
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.				5.942

(i) Holding controladora integral do Banco BS2.

(ii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..

(iii) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Honorário	3.569	3.693	4.735	4.898
Participação nos lucros e resultados		2.108	154	3.064
Encargos sociais	1.075	1.325	1.323	1.698
Total	4.644	7.126	6.212	9.660

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal-chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 14 (d).

Conforme legislação vigente à partir de 1º de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, conforme detalhado na nota 25 (a).

26 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13

A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº. 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	304.492	373.284
(+) Capital Principal (a)	304.492	373.284
(+ Capital Social e Reservas	476.693	446.721
(+ Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	47.735	45.362
(+ Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial	122	136
Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa		
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	47.729	
(-) Ajustes Prudenciais	172.330	118.934
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	127.899	33.000
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	135.284	33.000
(-) Deduções do Nível II	7.385	
(=) Patrimônio de Referência Total	432.391	406.285
Alocação de Capital por Risco		
Risco de Crédito (RWAcpad)	3.153.664	2.912.530
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	239.143	285.651
Risco Operacional (RWAopad)	360.989	316.961
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	3.753.797	3.515.143
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	300.304	281.211
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	334.331	287.508
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	132.087	125.073
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	51.138	30.898
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	79.264	162.376
Margem sobre o Capital Principal Requerido	135.571	215.103
Índice de Basileia - PR	11,52%	11,56%
Índice do Nível I	8,11%	10,62%
Índice do Capital Principal	8,11%	10,62%
Índice de Imobilização	22,58%	17,94%

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/13 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro de 2019 foi considerado o saldo de Letras Financeiras Autorizadas a compor o Nível II com redutor de 20%. Já em junho de 2020, foi considerado o somatório dos saldos de Letras Financeiras Autorizadas a compor o Nível II, após a aplicação dos redutores de 0%, 20% e 40% de acordo com o vencimento dos papéis.

Considerando os valores apurados em 30 de junho de 2020, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 11,52% (11,56% em 31/12/2019), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido em junho de 2020 é de 9,25% (Índice Basileia + ACP – 10,5% em 31/12/2019) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/13. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 8,11% (10,62% em 31/12/2019), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (6,0% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 432.391 (R\$ 406.285 em 31/12/2019) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 300.304 (R\$ 281.211 em 31/12/2019) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 334.331 (R\$ 287.508 em 31/12/2019), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$ 51.138 (R\$ 30.898 em 31/12/2019).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

Gerenciamento de risco**Gerenciamento de capital**

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Banco e Consolidado, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco e Consolidado.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco e Consolidado reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco operacional e socioambiental – É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo também o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de risco operacional e socioambiental

Em consonância com a Resolução CMN nº. 4.557/17, e com a Resolução CMN nº 4.327/14 o Banco e Consolidado definiram sua política de gestão de risco operacional e socioambiental, na qual as responsabilidades, os princípios e diretrizes estão descritos. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos a risco operacional.

Gerenciamento de continuidade de negócios – GCN

O Banco e Consolidado conta com um centro de processamento de dados alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

A metodologia da gestão da continuidade de negócios permite ao Banco e Consolidado planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado definiram sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Banco e Consolidado e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o Banco adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do “Relatório de Gerenciamento de Riscos” em seu site em Governança Corporativa, na seção “Relatório de Gerenciamento de Riscos” (www.bs2.com/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

28 Outras informações

(a) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira Banking não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira Banking (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações de 31/12/2019 e 30/06/2020 respectivamente, divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nos mercados de 31/12/2019 e 30/06/2020 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nos mercados de 31/12/2019 e 30/06/2020 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição.

Carteira Total	Exposições	Em 30/06/2020 (*)			
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(57)	(5.014)	(9.660)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras		16	(2)	(5)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial		(119)	(2.984)	(5.969)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		5	(2.416)	(4.952)
Ações	Preço das Ações		136	(3.410)	(6.820)
Demais	Demais fatores de risco		169	(8.825)	(17.713)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO			150	(22.652)	(45.118)
TOTAL COM CORRELAÇÃO			(96)	(14.845)	(29.385)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Total	Exposições	Em 31/12/2019 (*)			
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(8)	(1.217)	(2.273)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras		10	(7)	(14)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial		(151)	(3.771)	(7.541)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		(25)	(829)	(1.618)
Ações	Preço das Ações		217	(5.437)	(10.873)
Demais	Demais fatores de risco		16.143	(1.871)	(3.732)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO			16.187	(13.132)	(26.052)
TOTAL COM CORRELAÇÃO			(11.956)	(7.169)	(14.139)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira Trading, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira Trading	Exposições	Em 30/06/2020 (*)			
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(8)	(1.368)	(2.506)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras		8	(0)	(0)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial		(126)	(3.155)	(6.310)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		3	(1.208)	(2.476)
Ações	Preço das Ações		136	(3.410)	(6.820)
Demais	Demais fatores de risco		(159)	(209)	(361)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO			(146)	(9.351)	(18.474)
TOTAL COM CORRELAÇÃO			(46)	(2.593)	(4.896)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Trading	Exposições	Em 31/12/2019 (*)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(6)	(1.034)	(1.911)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	4	(4)	(7)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(142)	(3.550)	(7.100)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(8)	(517)	(996)
Ações	Preço das Ações	217	(5.437)	(10.873)
Demais	Demais fatores de risco	(9.154)	(823)	(1.624)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		(9.089)	(11.364)	(22.512)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(3.189)	(5.630)	(11.053)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

(b) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 30 de junho de 2020 bem como em 31 de dezembro de 2019, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais	30/06/2020			Banco 31/12/2019		
	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado Não realizado	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado Não realizado
Ativo						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	369.994	369.994		719.992	719.992	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.341.558	1.341.558		860.282	860.282	
Operações de crédito	341.327	339.392	(1.934)	412.758	413.597	838
Passivo						
Depósitos	3.924.709	3.956.260	31.551	3.198.011	3.241.273	43.263
Captações no mercado aberto	11.055	11.055		15.462	15.462	
Recursos de aceites e emissão de títulos	136.245	136.837	592	74.036	75.041	1.005
Obrigações por empréstimos e repasses	40	40		7	7	
Instrumentos financeiros derivativos	64	64		90	90	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	481.018	504.769	23.751	290.410	295.515	5.105

Em milhares de Reais	30/06/2020			Consolidado		
	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado Não realizado	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado Não realizado
Ativo						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	369.994	369.994		719.992	719.992	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.487.710	1.487.710		1.000.850	1.000.850	
Operações de crédito	324.035	325.005	970	395.212	395.542	330
Passivo						
Depósitos	3.559.485	3.592.307	32.822	2.633.356	2.674.844	41.488
Captações no mercado aberto	4.601	4.601		12.792	12.792	
Recursos de aceites e emissão de títulos	136.245	136.837	592	74.036	75.041	1.005
Obrigações por empréstimos e repasses	51	51		7	7	
Instrumentos financeiros derivativos	64	64		90	90	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	481.018	504.769	23.751	290.410	295.515	5.105

O valor justo dos ativos financeiros, que são negociados em mercados ativos, é baseado em seus preços de mercado cotados na data do balanço. São considerados mercados ativos, aqueles em que os preços de mercado estão regularmente disponíveis por meio de Bolsa de Valores, serviço de precificação ou agência reguladora. Por esses motivos, classificamos esses títulos como de Nível 1, na hierarquia de valor justo.

Para os ativos que não são negociados em mercado ativo, a instituição utiliza técnicas de avaliação para fazer sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Operações de Crédito: O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

b) Depósitos de clientes, de instituições de crédito e do Banco Central do Brasil: O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários e Dívidas subordinadas: Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

Os ativos classificados no Nível 3, por sua vez, são aqueles que utilizam informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis. Neste caso, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apuração dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de ações, opções de taxa de câmbio, dentre outras) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3.

(c) Impactos da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus)

Diante do cenário de pandemia do COVID-19 (Coronavírus), o BS2 vem pensando em todos e tomando medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

O BS2 criou um comitê de crise exclusivamente para debater esse tema, com a participação de toda a diretoria, onde é realizado reuniões periódicas. O comitê de crise é chefiado pela diretoria de finanças e riscos onde é definido metas e ações adotadas no período de crise e as estratégias para manutenção das operações essenciais.

Foram tomadas diversas medidas visando proteger a saúde dos colaboradores, tais como, a adoção do regime de trabalho *home office*, cancelamento de eventos e reuniões presenciais, adaptação da sede disponibilizando álcool em gel e orientações periódicas sobre como agir neste momento.

* * *

Diretoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães Martini
Diretora Vice-Presidente Executiva

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Vice-Presidente Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora Vice-Presidente de Relações com Investidores

Francisco Ferreira Neto
Diretor Executivo

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Presidente

João Claudio Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Conselheiro

Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques
Conselheira

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Luiz Flávio Pentagna Guimarães
Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0